Linguagens convergentes

Editorial do Jornal do Brasil, 16 de Dezembro de 1985

Matéria sobre POR UMA NOVA POLÍTICA PARA O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, relatório final da "Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior", Brasília, Ministério da Educação, 1985 (Simon Schwartzman, relator)

Nada como a correta prática dos métodos democráticos para repor a discussão dos grandes problemas nacionais nos seus trilhos verdadeiros. Veja-se, a propósito, o que está ocorrendo em relação à Universidade brasileira. Até bem pouco, insistir na necessidade da sua qualificação era incorrer em pecado e expor-se a esconjuros. Bastou, porém, que o debate extrapolasse os estreitos limites do campus para que a qualidade emergisse, de modo natural, como o aspecto a ser tratado prioritariamente.

Pode-se dizer que, nesse tocante, o marco inicial da abertura foi a designação, pelo Presidente da República, de uma comissão representativa das mais diversas áreas e tendências, com a tarefa de examinar e elaborar uma carta de princípios para a reformulação do ensino universitário. Registre-se com satisfação que à natureza democrática desse procedimento - desagradável aos interesses de uma burocracia habituada a decidir de cima para baixo -, a primeira resposta dada está conforme o espírito que inspirou a medida.

O relatório que a comissão, após vários meses de trabalho, acaba de entregar ao Ministro da Educação é um documento que se distingue antes de mais nada pelo seu cunho democrático. A sua análise e as suas proposições resultaram de um consenso por vezes difícil de ser alcançado, como é de praxe nas discussões abertas. Houve o cuidado de ressalvar os pontos em que a diversidade de opiniões não pôde levar ao acordo. E nada é apresentado como conclusivo, mas como possível roteiro de ações que conduzam não a mais uma reforma vertical e completa, mas à renovação paulatina e tentativa do ensino superior.

Dadas essas características, mais importantes do que as recomendações específicas da parte final do documento são as suas premissas. O relatório subverte toda a discussão recente acerca do assunto. ao alinhar, em um dos seus parágrafos iniciais, os. desafios com que se defrontará a Universidade nos próximos dez anos e para os quais, julgam

os signatários, não se vem preparando adequadamente. Esses desafios são o "fortalecimento da pesquisa científica", a "formação polivalente e de alto nível" e a "superação do formalismo vazio dos currículos e diplomas". Enumeram-se outros, mas todos eles são decorrência dos anteriores.

O debate democrático travado no seio da comissão sanciona, assim, a linha de opinião que uma pequena parte da opinião pública vinha, há muito, defendendo contra ventos e marés. O ponto de partida para o longo trabalho de adequação da Universidade aos interesses e necessidades do país - são agora as vozes mais autorizadas quem proclama - é a redefinição da finalidade do ensino superior e a desinibida avaliação do seu desempenho.

Sem perder-se de vista a função democratizadora da Universidade, comenta-se em relação ao primeiro item, não pode esta descurar da formação de elites intelectuais. E será impossível cumprir este alto desígnio se não privilegiar a qualidade - da capacitação do corpo docente à melhoria efetiva do ensino, do rigor no uso dos mecanismos de acesso à valorização de um saber que não se condicione aos azares de um mercado de trabalho em constante mutação. Com acerto, advertem os membros da comissão que o único caminho para democratizar a Universidade é a qualificação do ensino em todos os graus. Seria um equívoco insistir em procurá-lo pelo aumento indiscriminado do número de vagas. Seria um erro trágico persistir na redução das exigências acadêmicas e prosseguir na criação "de sucedâneos da pior qualidade aos currículos mais exigentes". Noutras palavras: a médio prazo, a Universidade brasileira deverá libertar-se da humilhante condição de escola profissional a que foi em grande parte reduzida. Salvo os casos estritos de atividades para as quais é indispensável uma preparação específica, o objetivo do ensino superior será a formação de cidadãos de cultura polivalente, aptos a desempenhar toda uma gama de profissões.

Para isso, é claro, será necessário que à descartorialização da Universidade corresponda uma ação legislativa no mesmo sentido. É chegada a hora de reverter o processo corporativista, iniciado nos tempos do Estado Novo, que resultou na "expansão aparentemente infinita de profissões regulamentadas", defendidas por conselhos criados a fim de defender essa abusiva reserva de mercado para os portadores de diplomas obtidos a qualquer preço. Universidade e Governo devem unir-se, desde já, na luta contra a valorização excessiva dos "aspectos formais da educação", em. detrimento do que ela tem de substantivo e imprescindível ao funcionamento da: sociedade.

Naturalmente, como se lembra no documento, a Universidade brasileira necessitará de mais recursos, seja para remunerar condignamente os seus professores e funcionários, seja para ampliar as atividades de pesquisa, seja ainda para criar modalidades alternativas de estudo, como os cursos noturnos, os cursos à distância e os cursos profissionalizantes de duração limitada, requisitos indispensáveis à sua democratização. E necessitará também de maior autonomia, algo que não deve ser confundido com um certo tipo de "democratismo" que corrói a autoridade e rebaixa o verdadeiro papel da instituição.

Ninguém pode duvidar de que a nação aceita arcar com os custos da renovação e os riscos da autonomia administrativa das universidades. Mas, como avisa a comissão, "a autonomia não poderá ser entendida como um cheque em branco" passado pela sociedade ao seu sistema universitário. Pressupõe uma contrapartida em termos de desempenho e de responsabilidade.

Como qualquer diagnóstico, o que a comissão designada pelo Presidente da República acaba de fazer sobre o estado da universidade pode ter a sua cota de erros e lacunas. Mas um fato é indiscutível: com ele, pela primeira vez em muitos anos o pensamento universitário e a opinião pública, pondo de parte as fórmulas salvadoras, convergem para o encontro de uma mesma linguagem.